

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.053 - PR (2015/0045267-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : DOUGLAS ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO : JÚLIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS - PR045471
RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
ADVOGADOS : MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA E OUTRO(S) - PR019406
ALINE RIBEIRO POLETTO - PR067781

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM CONDENATÓRIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Ação declaratória e condenatória.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por DOUGLAS ANTONIO DA SILVA, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 01/10/2018.

Processo concluso ao Gabinete em: 12/06/2019.

Ação: declaratória e condenatória ajuizada pelo recorrente em face da recorrida.

Sentença: extinguiu o processo sem resolução do mérito diante da ausência de interesse de agir do autor da ação.

Acórdão: negou provimento à apelação do recorrente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA - AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO PARA INCLUSÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - REGISTRO REALIZADO EM SÃO PAULO - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ - BASE DE DADOS PERTENCENTE A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ENTIDADES DISTINTAS E

Superior Tribunal de Justiça

AUTÔNOMAS - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ PELA FALTA DE NOTIFICAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA CONFIGURADA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - DEMAIS RAZÕES DE APELAÇÃO PREJUDICADAS RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. (e-STJ, fls. 160-161).

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: sustenta divergência jurisprudencial no tocante à adequada interpretação do artigo 43, §2º, do CDC, sob o fundamento de que os órgão mantenedores de cadastros (situação que indica ser a da recorrida) possuem legitimidade passiva para as ações que buscam reparação por danos materiais decorrentes de inscrição, sem prévia notificação, do nome do devedor em seus cadastros restritivos.

Decisão monocrática: a Presidência deste Superior Tribunal de Justiça determinou a devolução dos autos à Corte de origem para observância da sistemática dos recursos repetitivos, haja vista tratar-se de matéria vinculada aos Temas de ns. 37, 38, 40 e 41.

Em novo julgamento, o Tribunal de origem deixou de exercer juízo de retratação e manteve o anterior entendimento, ficando a ementa assim consignada:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA - AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO PARA INCLUSÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - REGISTRO REALIZADO EM SÃO PAULO - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ - BASE DE DADOS PERTENCENTE À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ENTIDADES DISTINTAS E AUTÔNOMAS - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ PELA FALTA DE NOTIFICAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA CONFIGURADA - REsp 1061134/RS. LEADING CASE - HIPÓTESE FÁTICA DIVERSA - JULGAMENTO QUE ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO ADOTADO NO RECURSO REPETITIVO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. (e-STJ, fl. 392).

Superior Tribunal de Justiça

Não havendo mudança no posicionamento firmado na instância de origem, em novo exame de admissibilidade, fora dado seguimento ao presente recurso especial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE

Ao examinar o tema, assim decidiu o Tribunal recorrido:

Conforme se denota do documento juntado pelo autor/apelante às fls. 10 dos autos, o registro que se pretende discutir foi realizado em São Paulo/SP. Veja-se que é claro no documento que o apontamento foi efetuado em outra base de dados, e que o credor é o Banco Estado de São Paulo.

Assim, verifica-se que **a Associação Comercial do Paraná não procedeu qualquer inscrição indevida**, sendo de responsabilidade da Associação Comercial de São Paulo a respectiva notificação, tendo em vista ser a legítima detentora da base de dados daquele Estado. (e-STJ, fl. 163).

De igual forma, por ocasião do reexame, assim consignou:

Ocorre, entretanto, que o reconhecimento da ilegitimidade passiva no caso em questão se deu por fundamento diverso, ou seja, **pelo fato de que o registro que se pretende discutir foi realizado em São Paulo/SP, e que a Associação Comercial do Paraná (que figura como ré na demanda) não procedeu qualquer inscrição indevida**, sendo de responsabilidade da Associação Comercisção de São Paulo a respectiva notificação, tendo em vista ser a legítima detentoda da base de dados daquele Estado.

Nesse ponto, cumpre colacionar trecho do acórdão proferido (e-STJ, fl. 404).

Da existência de fundamento não impugnado

O recorrente, no entanto, não impugnou o referido fundamento utilizado pelo TJ/PR, qual seja; ausência de inscrição indevida por parte da Associação Comercial do Paraná, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 500,00

Superior Tribunal de Justiça

(e-STJ fl. 87) para R\$ 800,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

